



A INIQUIDADE SOCIOEDUCACIONAL NO BRASIL EM TEMPOS DE ENSINO REMOTO

Gabriel Furin Vasconcelos, discente da graduação em Direito, Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento.

Anayara Fantinel Pedroso, discente do mestrado em Direito e Justiça Social, Universidade Federal do Rio Grande.

Deisemara Turatti Langoski, docente orientadora, Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento.

e-mail primeiro autor - gabrielvasconcelos.aluno@unipampa.edu.br

No ano de 2020 a pandemia da Covid-19 abalou o mundo e proporcionou inúmeras mudanças em todo âmbito internacional, inclusive no Brasil, especialmente no que tange à adoção do distanciamento social como forma de prevenção e combate ao coronavírus, o que acarretou em alterações significativas não apenas na forma de viver, como também, de possibilitar o acesso à direitos e garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros. Desta forma, o presente estudo objetiva compreender como o ensino remoto está sendo aplicado no Brasil, especialmente quando relacionado às escolas públicas; além de verificar se o acesso à educação está sendo garantido de forma igualitária para todos os alunos e explicitar os possíveis problemas relacionados à iniquidade social. Para tanto, é abordado acerca das consequências relacionadas à adoção do ensino remoto nas escolas públicas como forma de assegurar, excepcionalmente, o distanciamento social entre discentes, docentes, funcionários, técnicos administrativos e demais colaboradores e assim, evitar a disseminação do vírus de maneira a não paralisar por completo as aulas, o que atingiria severas consequências negativas para as gerações vigentes no ambiente escolar. Contudo, é ressaltado que as aulas, por serem on-line, acabam prejudicando os alunos pertencentes às classes sociais baixas, que não possuem acesso à internet ou a dispositivos eletrônicos, sendo estes, uma porcentagem relevante no país, o que contribui para o aumento do abismo da iniquidade social no Brasil. Partindo deste pressuposto, compreende-se a importância que traz essa problemática para que seja analisada e, a partir dela, seja possível traçar caminhos para resolução da crise social e educacional em que se depara o Brasil há mais de um ano. Esta pesquisa bibliográfica e de método dedutivo utilizou de levantamentos e revisões bibliográficas onde as fontes foram artigos, teses, dissertações e textos científicos, nos quais abordavam, especialmente, sobre a atual situação de pandemia no Brasil e como o ensino se adequou a mesma, mesmo que, trazendo consigo vários problemas de cunho estruturais a serem superados para se chegar a uma equidade de aprendizado. Com a elaboração desta pesquisa, pode-se concluir que cerca de mais de 4,3 milhões dos alunos das escolas públicas do Brasil não possuem acesso à internet, conforme demonstram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2021). Além disso, pode-se compreender que cada Governo estadual interviu de forma a tentar reduzir as obstruções que atrapalhavam a chegada de ensino para os alunos de baixa renda, porém os resultados deixaram a desejar em todos os estados, não sendo possível assegurar o acesso ao ensino remoto de qualidade a todos os estudantes de escolas públicas. Isso porque, a medida adotada de levar aparelhos digitais e internet para os alunos que não possuíam este acesso, enfrentou problemas relacionados às falhas na internet, problemas de divulgação, dentre outras falhas técnicas. Desta forma, percebe-se a urgente necessidade de (re)pensar em políticas públicas destinadas à educação nos atuais tempos

pandêmicos, de forma a diminuir as desigualdades sociais e cumprir com o estabelecido na Constituição Federal, bem como na Declaração de Direitos Humanos no que tange ao acesso à educação de qualidade enquanto direito inalienável dos indivíduos. Portanto, reconhece-se a necessidade do Estado brasileiro fornecer os subsídios necessários para possibilitar o acesso à educação de forma igualitária em tempos de ensino remoto.

Palavras-chave: Iniquidade social; Covid-19; Ensino remoto; Políticas públicas; Acesso à educação.